



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0360/14	DATA: 10/04/2014	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 11h13min	TÉRMINO: 13h23min	PÁGINAS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Ministro de Estado das Cidades.

SUMÁRIO

Esclarecimentos sobre o andamento das obras de mobilidade urbana; alteração das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN nºs 168, de 2004, e 358, de 2010, que dispõem sobre a implantação de simuladores em autoescola; e a sistemática de empenhos do Orçamento Geral da União 2013, provenientes das emendas parlamentares.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há orador não identificado em breve intervenção. Há intervenção fora do microfone. Ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública destinada a esclarecer: o andamento das obras de mobilidade urbana; a alteração das Resoluções do CONTRAN nº 168, de 2004, e nº 358, de 2010, que dispõem sobre a implantação de simuladores em autoescola; e a sistemática de empenhos do Orçamento Geral da União de 2013, provenientes das emendas parlamentares, objeto do Requerimento nº 576, de 2014, de autoria do Deputado Carlos Brandão.

Deputados aqui presentes, o Sr. Ministro Gilberto Occhi já se encontra à mesa conosco, assim como o 1º Vice-Presidente, Deputado João Arruda, o 3º Vice-Presidente, Deputado Manuel Rosa Neca, e o companheiro de partido Deputado Edio Lopes. Esta audiência pública estava marcada para a última terça-feira, só que, devido à agenda do Ministro, foi adiada para a manhã de hoje, para que pudéssemos cumprir o *script* da nossa Comissão e tratarmos dos temas para os quais o Ministro foi convocado.

Ministro, em nome de todos os membros, eu gostaria de agradecer a presença de V.Exa., que prontamente compareceu a esta reunião para prestar os esclarecimentos necessários. Eu gostaria de dizer que, para nós, é um prazer recebê-lo. Sem dúvida alguma, essa interação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo é essencial para o Parlamento e ainda mais para a nossa Comissão, que tem o viés da fiscalização, do controle e do acompanhamento dos recursos federais, principalmente, e das ações dos Ministérios e órgãos públicos que, sem dúvida alguma, têm uma importância muito grande para a vida do povo brasileiro.

Antes de iniciar as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, com base no Regimento Interno desta Casa. O Ministro poderá falar por até 30 minutos, prorrogáveis por mais 15 minutos, só podendo ser aparteado ou interpelado durante a prorrogação, nunca no primeiro tempo, e sobre matéria pertinente à convocação. Encerrada a exposição, falará o Deputado autor do requerimento, pelo prazo de 10 minutos. Não estando presente o autor, será dada a palavra ao primeiro Deputado inscrito, membro desta Comissão. Poderão falar os Líderes inscritos, pelo prazo de 5 minutos, sem apartes. Após os Líderes, falarão os Deputados, mediante inscrição, por 5 minutos. Inicialmente, falarão os Deputados membros da Comissão,



como eu disse, e, posteriormente, os não membros. O Ministro terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis.

Passo, então, a palavra ao Ministro de Estado das Cidades, Gilberto Magalhães Occhi.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Muito bom dia a todos! Quero cumprimentar aqui o Deputado Federal e Presidente desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Hugo Motta. Quero cumprimentar também o Sr. Luiz Paulo, Secretário desta Comissão. Quero cumprimentar os nossos colaboradores, amigos e funcionários do Ministério das Cidades, em nome do Secretário-Executivo Carlos Vieira. E quero também cumprimentar os membros desta Comissão e demais Deputados Federais aqui presentes.

Deputado Hugo Motta, primeiramente, eu gostaria de agradecer a deliberação desta Comissão com relação ao pedido de adiamento desta audiência, em função de compromissos e até para eu me preparar um pouco mais para a minha vinda aqui, até porque — acho que todos sabem — eu assumi recentemente o Ministério das Cidades, no último dia 17 de março. Alguns dos temas já eram do meu conhecimento, mas sobre outros eu precisei de um pouco mais de informação para trazê-los a esta Comissão.

Eu gostaria de esclarecer que fiz um breve roteiro sobre os temas a serem abordados. Peço também a autorização do Sr. Presidente para apresentar, no meio desta fala, um pequeno vídeo de 5 minutos, sobre um dos temas. Depois, darei sequência à finalização da apresentação.

Dos três temas apresentados, nós tivemos uma demanda com relação às emendas não empenhadas, tivemos a questão da proposta de implantação do simulador dentro dos DETRANS — Departamentos de Trânsito, como uma das propostas de exigência para a habilitação dos condutores de veículos, e o terceiro tema trata de informações a respeito da mobilidade urbana no País.

Vou começar pelas emendas, para esclarecer e dar um pouco mais de informação com relação a esse procedimento. Nós tivemos, em 2013 — e eu ainda estava atuando na Vice-Presidência de Governo da Caixa Econômica Federal —, um ano diferente, atípico e positivo com relação às emendas e às transferências voluntárias, porque houve um incremento no Ministério das Cidades de 257%, se



compararmos com as emendas de 2012. Na Caixa Econômica Federal, esse aumento foi em torno de 140%. Para terem uma ideia, em 2013, nós tivemos algo em torno de 10 mil emendas de todos os Ministérios, transitando pela Caixa Econômica Federal, e um dos maiores volumes foi do Ministério das Cidades. Então, esse foi um grande aumento de transferências voluntárias que nós percebemos no ano de 2013.

Com relação às questões que impactaram, talvez, a não realização do procedimento completo do trâmite da indicação da emenda, do seu efetivo empenho e da sua contratação, nós tivemos duas informações relevantes aqui: dos recursos do Tesouro, provenientes dessas emendas, sobraram 221 milhões de reais; e o total de emendas que não foram empenhadas de todos esses processos foi 204 milhões de reais. Então, nós tivemos orçamento e não tivemos a condição de empenhar todas essas emendas por uma questão operacional, por uma questão de horário, por uma questão de comunicação eletrônica desse procedimento.

O SIAFI — Sistema Integrado de Fiscalização Financeira e o SICONV— Sistema de Convênios do Governo Federal estavam abertos para esse procedimento até às 16 horas, do dia 31 de dezembro. Essa era a data e hora limite para que essas comunicações eletrônicas ocorressem. Infelizmente, procedimentos feitos por todos os Ministérios ultrapassaram, em alguns casos, o horário das 16 horas. Por mais que o Ministério pudesse alimentar essas informações, para que elas fossem transmitidas, a transmissão foi interrompida às 16 horas. Então, muitas vezes, o Ministério — e o Ministério das Cidades também teve esse tipo de comportamento — continuou a passar as informações dentro dos sistemas, porém, elas não transitaram eletronicamente para os órgãos a que deveriam chegar, especificamente, à Caixa Econômica Federal. Ao final desse período, nós tivemos uma sobra de recursos do Tesouro e, infelizmente, uma falta do empenho das emendas que estavam previstas.

Sabedor desse caso, o Governo Federal adotou — e já vem adotando — algumas medidas para diminuir o impacto dessa ocorrência. Então, nós tivemos uma medida provisória do Governo Federal, no final de dezembro de 2012, que reservou um volume de 53 milhões de reais para cobrir parcialmente a não realização dessas transferências voluntárias. Em fevereiro de 2014, o Governo Federal, mais uma vez,



por meio de um decreto lei, fez a reserva de 70 milhões de reais, também para compor esses valores e complementar aquilo que não foi feito. E está em tramitação, aqui, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei com valor aproximado de 110 milhões de reais, com o qual o Governo Federal busca suprir a diferença final dessas transferências voluntárias do final do ano de 2013.

Então, eu entendo que tivemos um problema específico. Esse problema foi discutido, e eu tive a oportunidade de discuti-lo ainda como funcionário da Caixa Econômica Federal, como Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, junto ao Ministério do Planejamento, ao Ministério das Cidades, à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Lá, nós buscamos construir as alternativas que pudessem dar solução a esse problema ocorrido no final do ano de 2013.

Eu queria aproveitar e trazer duas informações à Comissão e aos Parlamentares presentes, referentes ainda às emendas parlamentares e transferências. A primeira é que a Caixa Econômica Federal, no final do ano de 2013, fez um levantamento, já preocupada com os Restos a Pagar de 2012, cujo prazo se encerra em 30 de junho de 2014. Naquela oportunidade, foi identificada a existência de aproximadamente 3 mil emendas referentes ao OGU — Orçamento Geral da União de 2012 e que montam aproximadamente 2,5 bilhões de reais e, se não forem adotadas medidas de contratação e para o início da obra até o dia 30 de junho de 2014, essas emendas cairão.

Então, nesse sentido, a Caixa Econômica Federal tem realizado, em todo o Brasil, ações que visam apoiar os Municípios que foram contemplados pelas emendas dos Srs. Parlamentares aqui presentes e também de todos os demais Parlamentares para que nós não tenhamos a perda dessas emendas. Eu quero ressaltar esse trabalho que está sendo feito pela Caixa Econômica Federal e trazer essa informação a esta Comissão, esperando que ela também possa chegar a todos os Parlamentares desta Casa.

O outro ponto é que, para o Orçamento de 2014, o Ministério das Cidades já fez o levantamento das 2.414 propostas que foram contempladas nas emendas de 2014, no orçamento impositivo, ou seja, já valendo para 2014. Nós ainda temos 600



emendas nos diversos Municípios que ainda dependem de alimentação no sistema para que possam, efetivamente, tornar-se válidas, sob pena de as perdermos.

Então, eu queria destacar estes fatos: os Restos a Pagar de 2012, cujo prazo vence agora em 30 de junho; o trabalho que a Caixa Econômica Federal tem feito e o apoio que o Ministério das Cidades também tem dado, para alertá-los do volume de recursos que podemos perder, em relação aos investimentos que não serão feitos nessas cidades; e também o alerta para a questão do Orçamento de 2014, em que 600 emendas das 2.400 já selecionadas, no processo de empenho, poderão ter dificuldades, visto que as Prefeituras elencadas e escolhidas pelos Parlamentares não estão ainda totalmente regulares. Então, esses são os casos que eu gostaria de falar sobre um dos temas.

E agora, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a sua permissão para passar aqui um pequeno vídeo, de 5 minutos, sobre o segundo tema, que é a questão do simulador.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Eu queria complementar o vídeo sobre essa situação, abordando aqui alguns pontos, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, Srs. Parlamentares. O último dado oficial do Ministério da Saúde sobre mortes no trânsito traz o número de 43 mil mortes nas nossas estradas. Isso significa dizer que nós temos: 120 mortes por dia; 620 mil vítimas acidentes de trânsito; e 49 mil atropelamentos por ano.

Além dos estudos que estão sendo feitos desde 2009, conforme o vídeo aqui apresentado, o simulador é mais uma ferramenta para o combate aos acidentes de trânsito, para a melhoria do nosso trânsito, para a melhoria da educação de trânsito no País, juntamente com as diversas ações que o Programa Parada — Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito, que é administrado pelo próprio Ministério das Cidades, busca realizar. Nós temos outros órgãos, como o Ministério da Saúde; nós temos outros programas, como a Lei Seca; nós temos outras atividades e outros parceiros, como a própria Polícia Rodoviária Federal, na busca dessa melhoria. O que estamos procurando fazer é a melhoria da preparação dos nossos motoristas na educação do trânsito e na dirigibilidade.



Nós temos também outra preocupação, que é a busca pela redução do custo para o próprio usuário, o próprio demandante da sua carteira de habilitação. Os estudos que nós já fizemos — e temos como apresentá-los — mostram que, no Estado do Rio Grande do Sul, que já adota o simulador, houve redução da despesa. Hoje, qualquer pessoa que busque tirar a sua carteira de habilitação tem que fazer um determinado número de horas-aula prática no trânsito, antes de qualquer simulação que possa fazer. Então, pega o veículo e vai para a rua. Naqueles horários, é obrigado a fazer 20 horas-aula de direção no trânsito.

Hoje, nós temos um estudo que traz, em torno da média nacional, de 28 horas-aula, o que acarreta para o usuário um incremento na sua despesa para a emissão dessa carteira de habilitação uma média de mais 8 horas. Nesse sentido, o que nós conseguimos apurar nesses casos é que com o simulador, no qual ele vai fazer um número de horas-aula, vai diminuir — a média de horas-aula no simulador é 50 reais — a necessidade de expandir as horas-aula no trânsito. Então, ele consegue ser aprovado, reduzindo essas horas-aula. E esta é uma preocupação também: não onerar a população. O custo final é reduzido, chegando em média a 1.650 reais, sem o simulador; e, com o simulador, o custo é de 1.570 reais. Esses são os números básicos dessa redução, na questão do uso do simulador.

A outra questão que eu gostaria de esclarecer já de antemão é a de que a possibilidade de habilitação das empresas que fornecem o equipamento, o simulador, está aberta permanentemente. Qualquer empresa pode vir a ser fornecedora, desde que devidamente certificada. Às empresas certificadoras, da mesma maneira, também está aberta a possibilidade de habilitação. Então, isso também poder ser feito, independentemente de prazo, de estar aberto ou fechado. Está aberta permanentemente às empresas que forneçam o simulador e também às empresas certificadoras do simulador. Esse é um assunto que eu gostaria de colocar. É claro que o Ministério das Cidades irá sempre ter as diversas preocupações com relação ao trânsito e às cidades — essa é uma preocupação nossa — e, eventualmente, qualquer outra deliberação o Ministério das Cidades vai acatar, se assim for determinado.

Por fim, eu gostaria de falar um pouco sobre a questão da mobilidade urbana no País. E eu não poderia deixar de registrar que, durante muitos anos, o País não



teve alguns investimentos, como os que nós estamos vendo nos últimos anos. Quero destacar aqui a questão dos programas habitacionais — eu não poderia deixar de falar sobre isso —, os investimentos que estão sendo feitos no saneamento, na questão do abastecimento de água e na questão do tratamento de esgoto em todas as nossas cidades, também a questão da mobilidade urbana, com os investimentos e a preocupação com a qualidade do transporte coletivo de massa em todo o País.

Há uma busca enorme, não só a demanda da população com relação à mobilidade, mas isso também é uma questão de qualidade de vida. Então, se nós falarmos de mobilidade hoje, nós temos aproximadamente dez itens que a compõem no País. Vou citar os dez, para que tenhamos essa noção de tudo o que tem acontecido: o metrô, o trem, o VLT — Veículo Leve sobre Trilhos, o teleférico, monotrilho, aeromóvel, BRT — Bus Rapid Transit, a faixa exclusiva, o corredor exclusivo e, por fim, em algumas das nossas regiões, o corredor fluvial. Nós temos o caso específico do corredor fluvial em Belém, por conta da característica da região; e também no Nordeste, em Pernambuco, na Capital Recife, onde aproveitamos a rede fluvial para melhorar o transporte urbano da cidade.

Dos agentes que trabalham neste segmento, destacamos aqui: o Ministério das Cidades; a TRENSURB — Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.; a CBTU — Companhia Brasileira de Trens Urbanos; e os agentes financeiros dessas operações, que podem usar os seus recursos, ou do Governo, ou do FGTS, ou recursos próprios, que são o BNDES e a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Nós temos hoje, como todos sabem, 12 cidades no País que serão sedes da Copa do Mundo: Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Manaus, Cuiabá, Brasília, Curitiba e Porto Alegre. Essas obras estão em andamento. Algumas ficarão prontas depois da Copa; outras, antes da Copa. Então, esse é um trabalho de mobilidade para o País. Em algumas situações, elas ficarão prontas para a Copa do Mundo; em outras situações, logo após a Copa do Mundo.

Em outras situações, como é o caso do Rio de Janeiro, onde nós teremos também as Olimpíadas, aí nós temos obras de mobilidade desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro para a mobilidade, contemplando não só esse período antes da



Copa, mas durante a Copa, depois da Copa e também para as Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Quais são as grandes diretrizes do Governo Federal com relação à mobilidade? Ela é a preocupação com o bom desempenho dos sistemas de acesso da população principalmente aos estádios, neste momento agora em que estamos falando de Copa. Mas nós temos alguns outros grandes objetivos ao final das obras: que nós tenhamos a melhoria do transporte público, principalmente nas grandes cidades; que nós tenhamos a integração desses modais; e que nós tenhamos segurança, qualidade e redução da tarifa pública desse transporte.

Então, nós estamos falando aqui da integração em que o cidadão tenha condições de acessar um metrô, descer numa estação, pegar um ônibus exclusivo, ou vice-versa, ou da sua região, onde ele pega um ônibus que venha por uma faixa exclusiva, ou até mesmo por um corredor exclusivo, porque há diferenças: a faixa é aproveitar e separar dentro da via, da avenida, um trecho em que ali só circulem ônibus. E que a gente possa efetivamente dar ali uma maior comodidade, uma maior segurança e uma maior velocidade a essa população que depende do transporte coletivo urbano.

Essas são as questões básicas da mobilidade, que é a busca da melhoria da qualidade, do aumento da disponibilidade do transporte público. Nós estamos vendo isso aqui em Brasília, agora, em um período experimental do BRT, e isso vai facilitar o transporte da nossa população da Capital Federal. Mas isso vem acontecendo em diversos outros lugares do Brasil.

Outras questões que são importantes: todas as nossas capitais brasileiras foram contempladas com o programa de mobilidade urbana, bem como as grandes cidades — e aí nós temos cidades acima de 700 mil habitantes. Nós temos também as médias cidades, aquelas que estão entre o intervalo de 250 mil habitantes e 700 mil habitantes.

Também temos alguns outros investimentos para a melhoria do trânsito e da mobilidade no País, aí, sim, investindo nas faixas de pedestre, nas ciclovias, no asfalto, nesta melhoria de investimento para as capitais.

Agora, da mesma maneira em que tive oportunidade aqui de comentar os investimentos que estão sendo feitos na moradia popular, nos programas



habitacionais urbanos, principalmente o Programa Minha Casa, Minha Vida, na questão do saneamento público, os investimentos que estamos fazendo... Apenas para destacar: amanhã, a Presidenta da República deverá inaugurar um novo sistema de saneamento na Capital Porto Alegre. A Capital sairá de uma cobertura de tratamento de esgoto de 27% até hoje para cerca de 80% do saneamento básico. E isso alinhado também à questão dos investimentos que vão melhorar a saúde dos rios daquela bacia da cidade de Porto Alegre...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ministro, eu queria pedir permissão e licença a V.Exa. Ocorre o seguinte: eu tenho uma reunião de Líderes agora, meio-dia. Não sei se o seu pronunciamento vai se alongar muito. Se, porventura, for se alongar muito, eu pediria uma oportunidade para falar. Se, porventura, V.Exa. já estiver no final de sua exposição, eu aguardaria para poder intervir e depois me retirar, porque tenho uma reunião com o Presidente da Câmara.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Deputado, eu já estou terminando.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu abro mão, Presidente. Eu sou o primeiro inscrito. Se os demais concordarem, eu abro mão para que o Deputado Mendonça Filho possa falar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Eu queria apenas finalizar. Como eu estava falando dos investimentos que este País tem recebido nesses últimos anos, quero dizer o seguinte: pela primeira vez o Governo Federal tem apoiado também a elaboração de projetos.

Todos nós sabemos da dificuldade dessas obras caminharem numa velocidade maior pela falta dos projetos nas grandes cidades, principalmente, e, nisso, o Governo Federal tem incentivado com investimentos de cerca de 600 milhões de reais, apenas para a elaboração de projetos.

Então, não poderia deixar de destacar aqui também essa iniciativa, que não digo que seja inédita, mas que é, nos últimos anos, uma iniciativa que traz a oportunidade de podermos elaborar primeiramente os projetos e preparar nossas cidades, para que a gente possa trazer um benefício maior ao cidadão brasileiro.



Dessa maneira, Presidente, Deputado Hugo Motta, eu gostaria de encerrar aqui a minha apresentação e ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a exposição de V.Exa.

Agora, pela regra da nossa Comissão, teria a palavra o autor do requerimento, Deputado Carlos Brandão, que, como justificou a esta Presidência, por motivo de saúde, teve de viajar na noite de ontem, já que hoje ele iria passar o dia tendo atendimentos médicos. Então, a sua assessoria, Sr. Ministro, nos encaminhou alguns questionamentos que S.Exa. teria para fazer a V.Exa. Irei passá-los em mão, para que V.Exa. possa responder ao Deputado Carlos Brandão. Existem algumas perguntas endereçadas a V.Exa.

Aqui, com a aquiescência do Deputado João, mas o Deputado Mendonça, também como Líder, tem precedência para falar. Então V.Exa. dispõe de 5 minutos, do tempo de Líder, e de mais 5 minutos do tempo de membro de Comissão.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta.

Gostaria de saudar o Sr. Ministro Gilberto e de saudar e cumprimentar os colegas Parlamentares e os convidados presentes, especialmente o Deputado João, que teve a gentileza de ceder o seu tempo, pelo menos sua prioridade de fala para que eu pudesse também, mesmo utilizando o Regimento para falar como Líder, antecipar a minha participação aqui nesta audiência pública.

Eu, infelizmente, como já disse, não vou poder ficar até o final porque tenho reunião de Líderes com o Presidente da Casa para tratar de assuntos relativos à pauta da Câmara Federal, e eu acho que é importante que eu possa também trazer minha contribuição, Sr. Ministro, a sua presença aqui entre nós.

Os temas são vastos, múltiplos e importantes na área do Ministério das Cidades. Eu não queria abordar todos, até porque, se abordasse todos os temas, evidentemente que eu teria que ter um tempo tão longo quanto o de V.Exa., e isso não seria possível neste instante.

Infelizmente, o quadro do Governo da Presidente Dilma é um quadro em que as promessas são muitas, os compromissos são múltiplos, mas as realizações são



bem aquém daquilo que é vendido na propaganda oficial, inclusive na área de transporte público, de transporte urbano. Houve até manifestações no passado, como em junho, de insatisfação popular muito forte, e os temas principais dessas manifestações estavam relacionados à questão do transporte público.

Então, as obras de transporte público no Brasil caminham devagar, e as promessas não são cumpridas nos prazos que foram pactuados com a própria sociedade.

Eu tenho uma curiosidade, e não sei se V.Exa. pode me informar hoje. Mas, se não puder, eu gostaria de saber, das obras de mobilidade que têm foco na Copa, nas doze cidades-sede da Copa do Mundo de 2014: que nível de execução nós temos, quanto já foi expendido, investido, e o que vai estar pronto até o início da Copa e ao final da Copa? Ou seja, de toda essa propaganda de legado de Copa — que seria o aproveitamento para a Copa, e a justificativa da Copa —, o que vai ficar de fato da Copa para ser utilizado pela sociedade, pela população brasileira? Eu creio que o nível de execução deve ser muito baixo.

Ontem, o jornal *O Globo* publicou uma matéria da INFRAERO — antes de ontem, mais precisamente — que dava conta das obras aeroportuárias. Dos oito aeroportos controlados pela INFRAERO, seis não estarão concluídos até a Copa, mesmo sendo obras fundamentais para recepcionar turistas e torcedores brasileiros que vão se deslocar dentro do território nacional, o que mostra o fracasso do Governo e a incapacidade do Governo de entregar aquilo que prometeu ao povo brasileiro.

E eu acredito que o quadro no Ministério das Cidades com relação a metrô, BRTs não deve estar muito distante desse da INFRAERO. Eu gostaria apenas de comparar se no Ministério das Cidades houve uma evolução melhor — ou menos ruim, para ser mais preciso — do que essa da INFRAERO.

Pelo menos V.Exa. tem o cuidado de, ao discursar, não usar termos de desrespeito ao povo brasileiro como usou o Presidente da INFRAERO, que falou explicitamente em enganação, enrolação. Eu usei a tribuna para criticá-lo, porque o propósito dele é tapear o povo. Quem disse isso foi o próprio Presidente da INFRAERO: *“A gente vai tapear o povo brasileiro; vai tapear com tapumes e improviso nos aeroportos brasileiros”*. Então, vamos deixar a tapeação de lado,



vamos enfrentar os problemas de forma muito clara, e dizer o que de fato vai se entregar. E eu gostaria de ter essa posição de V.Exa., se não hoje, no menor espaço de tempo possível.

Quais as obras que estão vinculadas à Copa e às cidades-sede? Quanto já foi investido? Quanto falta ser investido? Quando serão entregues? Esse cronograma.

Por fim, para concluir, o segundo item da pauta. Esta Câmara tem sido palco de uma discussão muito intensa, e eu quero primeiro dizer e ressaltar aqui a posição dos Deputados que defendem o assunto. E não quero colocar ninguém sob suspeição, porque eu até já fui criticado com relação a isso por algumas pessoas incomodadas, mas verdadeiramente é o maior *lobby* que eu já vi e assisti nesta Câmara nos últimos tempos, esse *lobby* dos simuladores.

E eu fico com uma pulga — ou várias pulgas — atrás da orelha, ou das orelhas, quando eu vejo que o Brasil é único no mundo. Eu mandei pesquisar, e, se porventura, V.Exa. puder me informar: qual o país do mundo tem a obrigatoriedade de simuladores? País decente, ao nível de primeiro mundo, de segundo mundo não tem nenhum, pelo que consta. Pode ter até como uso opcional, mas nunca obrigatoriedade.

Na verdade, têm, pelo que se sabe, quatro empresas habilitadas pelo DENATRAN para fornecer esses equipamentos, cujo custo é de até 40 mil reais, sendo negociado por 30 mil reais um aluguel mensal, quase uma extorsão contra as autoescolas do Brasil. Uma operação absurda! Eu lamento muito que o Ministério das Cidades patrocine e faça a defesa dessa tese. É tudo muito bonito, vir aqui e dizer quantas mortes existem nas estradas brasileiras: 43 mil mortes no trânsito. Evidentemente, como brasileiro, como cidadão, como ser humano, jamais poderia defender algo que não fosse a preservação de vidas, mas isso não vai resolver, Sr. Ministro. V.Exa. sabe disso. Isso não vai sequer diminuir.

Muito pelo contrário: um simulador para aula prática, quando é usado, por exemplo, na aviação, é usado por dois motivos básicos: primeiro, porque, se porventura o sujeito fizer alguma coisa errada pilotando o avião, o avião cai e ele morre; segundo, o custo de hora de aviação não é custo de hora de carro; é muito mais caro que hora de carro. Então, um simulador de aviação se justifica. A



obrigatoriedade desse simulador de automóveis só se justifica por conta do *lobby* das empresas que estão aí presentes, pressionando.

Já pedi ao Presidente da Câmara que coloque na Pauta o PDC do Deputado Marcelo Almeida, do PMDB do Paraná. Esse PDC já entrou e saiu da pauta várias vezes. Eu não estou falando de um leigo. O Deputado Marcelo é um especialista na matéria. Ele comandou o DETRAN do Paraná e conhece essa matéria muito mais do que eu.

Ao contrário do que V.Exa. diz, a média de horas de um cidadão que se submete a uma autoescola é de apenas 20 horas e haverá acréscimo, sim, com o uso do simulador. E esse acréscimo significa um custo adicional de 180 reais a 200 reais. Ninguém tem pena, neste Brasil, de quem paga imposto. O povo brasileiro já está de saco cheio — permita-me a expressão chula, mas é verdadeira — de pagar taxa, imposto e de ter conluio de Estado com empresas para empurrar o espeto no bolso do povo brasileiro. Mais 180 reais!

Eu vejo no meu interior de Pernambuco, que é parecido com o interior de onde vem o Deputado Hugo Motta, pessoas simples pedindo: *“Deputado, me ajude, que eu quero tirar a minha carteira de habilitação, e não posso, porque é caro, custa caro, para mim, 400 reais, 500 reais. Para o Senhor pode não significar tanto, mas, pra um cidadão, pra uma família que vive com um salário mínimo, significa muito”*.

Impor a um cidadão ter que pagar mais 180 reais é um ônus absurdo, por conta dessa pactuação nefasta envolvendo Governo e empresas privadas. Já houve denúncia veiculada na *Folha de S. Paulo* de que ex-assessor do DENATRAN, que trabalhou no órgão, teria saído de lá direto para uma empresa interessada na própria matéria, quer dizer, mostrando um conluio sem justificativa, sem razão.

Aonde é que a gente vai chegar? Infelizmente, no Brasil, é assim: as empresas se organizam — é o capitalismo do compadrio —, se organizam e impõem a mudança das tomadas no Brasil todinho, sempre com a defesa da segurança, porque vai ter mais segurança, tem criança morrendo eletrocutada. E, aí, impõem, para todas as residências do Brasil, a mudança das tomadas. O mote é a segurança das crianças e das pessoas, mas, na verdade, o mote verdadeiro, que está por trás, é o interesse das empresas de mudar toda a rede de tomadas e gerar dano para os



pais e mães de família que cuidam do sacrificado orçamento familiar. E o mesmo acontece com relação a essa questão dos simuladores de direção.

Eu lamento muito. E quero dizer que eu vou continuar batendo nessa tecla. V.Exa. está cumprindo a sua missão aqui. Eu lamento, até como colega de Parlamento, que possa ter tido a oportunidade de ocupar o cargo de Ministro das Cidades e validar isso. É uma vergonha a Presidenta da República, Dilma Rousseff... Eu espero até — porque eu sempre dou e ofereço o benefício da dúvida — que ela ter sido levada, em uma feira internacional, a sentar em um simulador e fazer essa propaganda enganosa em cima do povo brasileiro. Aqui não tem nada de interesse de preservação de vidas!

Na prática, só para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Na prática, quem sabe dirigir ou quem aprende a dirigir em um estacionamento de um *shopping center*, em um dia de domingo; começa as aulas práticas devagarzinho; depois vai pegando o trânsito menos denso na cidade; até ter a condição de se habilitar a um trânsito mais forte.

A gente não pode aceitar, Sr. Ministro, de forma alguma. E eu faço um apelo a V.Exa. Eu não quero julgá-lo. V.Exa., muitas vezes, está aí pegando o bonde andando, mas não dá para aceitar esse tipo de situação. Eu vou combater até o último instante.

O Presidente Henrique Eduardo Alves marcou para o dia 5 de maio, se eu não me engano, a votação do PDC. Os *lobbies* serão intensos para impedir que esse PDC do Deputado Marcelo Almeida seja votado, mas eu vou estar no plenário para defender isso, porque eu estou defendendo, legitimamente, o povo brasileiro.

Não existe isso em lugar nenhum do mundo. Isso é jabuticaba, é coisa de brasileiro, para impor um videogame — meu filho tem um videogame muito parecido com isso —, para impor ônus, ônus, mais ônus. Ninguém aguenta mais! É imposto, imposto, taxa, taxa e conluio de empresa brasileira para espetar o bolso da população brasileira. Isso é um absurdo! É uma aberração! Eu manifesto aqui a minha indignação com relação a essa realidade.

Não quero julgá-lo — volto a insistir —, respeito V.Exa., mas isso é uma aberração em cima da população brasileira, e a gente tem que protestar.



Infelizmente, esta Casa se cala diante de certas coisas. Ela tem que aprender a defender a maioria. O povo brasileiro, na sua totalidade, fica esquecido e abandonado. Quando uma pessoa chega a uma autoescola para tirar a carteira de motorista, tem um ônus adicional de 180 reais, por conta de um simulador que é imposto por um cartel de quatro empresas a 30 mil reais, 40 mil reais, para o sujeito ter que pagar essa conta e sustentar um bando de malandro à custa da sociedade brasileira.

Fica aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar a palavra ao Sr. Ministro e, depois, nós faremos, como estamos fazendo nessas audiências, intervenções em bloco, para que a gente possa ter uma maior agilidade. A Ordem do Dia, inclusive, já está por começar.

Os próximos inscritos são os Deputados João Arruda — o Deputado Mendonça Filho já fez a sua explanação —, Manuel Rosa Neca e Edinho Bez.

Passo a palavra ao Ministro para responder ao Deputado Mendonça Filho; depois faremos em bloco.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Bem, Deputado Mendonça Filho, eu quero apenas lhe dar algumas informações, porque acho que elas serão oportunas dentro do comentário de V.Exa.

Primeiro, quanto a seu pedido de informações sobre a mobilidade dentro das sedes da Copa do Mundo, eu vou preparar uma resposta o mais rápido possível. No início da próxima semana, o senhor vai receber todas essas informações com relação às obras que estão em andamento, aos prazos e à sua conclusão.

Mas eu gostaria de ressaltar aqui que, na minha fala, eu havia dito que algumas obras ficarão prontas antes da Copa do Mundo, outras durante a Copa, outras após a Copa, e até mesmo as obras para as Olimpíadas no Rio de Janeiro.

E quero destacar, Deputado, que não vou concordar com essa posição de V.Exa. com relação a não entregar as obras ou apenas ser uma propaganda. Nós temos o Programa Minha Casa Minha Vida como um exemplo disso. O seu Estado, Pernambuco, também é um exemplo de atuação junto aos Municípios.

E o Governo Federal... Os Estados de Pernambuco e Alagoas, onde eu fui superintendente da Caixa durante alguns anos, foram os dois Estados em que, em



2010, naquela grande tragédia das cheias que nós tivemos lá, foi o primeiro lugar onde o Presidente da República, o Presidente Lula, diversos Ministros e o Presidente da Caixa estiveram presentes no dia seguinte àquela tragédia. E, ali, os investimentos do Governo Federal foram feitos e, principalmente, as moradias daquelas famílias foram entregues. E, se não foram antes, não foi por deficiência do Governo Federal, mas, às vezes, muito mais por uma necessidade de projeto, de ampliação de diversas outras obras. E, aí, é necessário o envolvimento dos Governos dos Estados e dos Governos Municipais, para que a gente possa fazer chegar à população todas aquelas obras que são necessárias.

Eu ressalto aqui também que ao Governo Federal compete as políticas, o orçamento e o apoio a Estados e Municípios. Isso não tem faltado, de maneira republicana e democrática, conforme nós podemos ver no desempenho do Governo Federal. Queria só fazer esse destaque.

A questão dos países onde é obrigatório o simulador, o senhor tem extrema razão. Nós também, nos nossos trabalhos, não encontramos nenhum país onde seja obrigatório, mas que há exatamente a utilização do simulador. Agora, nós não encontramos em nenhum país nenhum tipo de morte em quantidade como nós encontramos no Brasil. Então, essa é mais uma ferramenta. Se ela será obrigatória ou não, a discussão disso tem que ser colocada na mesa. Mas é mais uma ferramenta. Nós não podemos deixar que essas questões passem ao largo com outras medidas. O que nós estamos querendo é apoiar a melhoria da ferramenta, para que o cidadão possa ter mais uma ferramenta para melhor se capacitar e melhor se educar.

Nós não vemos, Deputado, o treinamento na rua, à noite, sob neblina ou, eventualmente, sob alguma outra situação que nós não encontramos talvez no treinamento do simulador. Então, nós estamos querendo agregar qualidade, nós estamos querendo agregar uma situação em que se previna a vida desse cidadão de maneira que ele, ao ir para o *front*, ao ir para a rua efetivamente, possa estar um pouco mais preparado.

Essas questões que o senhor falou aí, de denúncias, eu gostaria de dizer e esclarecer: a denúncia houve. Foi apurada pela própria CGU e nada houve de comprovação de que haja envolvimento. E a segunda denúncia que o senhor falou



desse cidadão, nós temos o procedimento em andamento. Ela se encontra na CGU, em apuração, e eu não gostaria aqui de me manifestar sobre ela, até porque ela não está conclusa.

Então, o senhor trouxe aqui uma questão de uma denúncia, de um ex-servidor do Ministério...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Qual é a que não está conclusa? É a do Gil Pierre Herck?

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Perfeito. Ela foi conclusa na primeira denúncia de que havia um envolvimento desse cidadão dentro do Ministério das Cidades. Isso daí foi concluso e nada foi comprovado do seu envolvimento. Houve uma segunda denúncia, que V.Exa. trouxe aqui, de que ele, ao sair do Ministério, foi para uma empresa que fornece o simulador. Nesse sentido, essa apuração está em trânsito ainda, e a CGU não se manifestou. Então, eu queria dizer ao senhor que, no Ministério das Cidades, ao menos, nesse pouco período que estou lá à frente dele, qualquer denúncia será apurada e nós iremos trabalhar para combater qualquer situação irregular, como estamos fazendo também com as denúncias do Minha Casa, Minha Vida, adotando todos os procedimentos. E envolvendo não só o Ministério das Cidades, mas qualquer outro envolvimento que desvirtue qualquer programa sobre a gestão do Ministério das Cidades, nós vamos combater, como devemos combater em todo e qualquer lugar.

Então, eu queria só dizer ao senhor, pois o senhor perguntou de alguns países de primeira linha ou de Primeiro Mundo. Só para lhe informar, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Índia, Canadá, Holanda, Estados Unidos e Bélgica, esses poucos aqui que me passaram a informação, todos eles utilizam o simulador.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sem a obrigatoriedade.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Não de forma obrigatória, como já destaquei. O senhor tem razão.

Por fim, a legislação exige, no mínimo 20 horas, e a média dos estudos levantados pelo Ministério das Cidades é de que qualquer cidadão tem-se utilizado de 28 horas na média, e não 20 horas na média. Vinte horas é a exigência legal da capacitação dele.

Obrigado.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, permita-me, para eu me despedir da sessão, porque eu vou para uma reunião com o Presidente da Casa e com os demais Líderes. Mas eu quero deixar aqui registrado que fiquei realmente satisfeito com o fato de o Ministro confirmar que não existe em lugar nenhum do mundo essa obrigatoriedade. Isso é coisa de brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. satisfeito com o Governo?! Isso é raro! (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não! Não é satisfeito, não! Satisfeito com a resposta que confirma a minha posição. Não é satisfeito com o Governo, não, que eu não estou satisfeito com o Governo, assim como a maioria dos brasileiros, que está cada vez mais insatisfeita com o Governo. Veja a manchete da *Folha de S.Paulo* hoje: “*Recorde de inflação: 6,15%*”. E por aí vai.

Mas eu quero centrar aqui no tema. Na verdade, isso é uma aberração, isso é uma imposição ao bolso do consumidor brasileiro. Não tem nada disso, de que tem muito acidente. A preocupação não é essa, com todo o respeito ao Ministro. Eu não estou aqui para diminuí-lo. Muito pelo contrário, ele pegou o bonde andando. Eu não sei quem botou esse jabuti na árvore, mas na minha terra se diz que jabuti não sobe em árvore; quando está lá, ou foi enchente ou foi mão de gente. Então, esse jabuti não subiu na árvore voando, porque jabuti não voa. Ele está lá porque alguém botou.

E não me venha com essa conversa de que no Brasil só tem acidente. Tem acidente porque das estradas ninguém cuida. São estradas cheias de buraco, sem sinalização, uma tragédia só. Nas vias urbanas, vemos a mesma coisa. E boa parte da população precisa ter mais qualificação na formação para conduzir veículo. É importante também controle de velocidade e proibição de uso de bebida alcoólica quando a pessoa estiver ao volante. Basicamente é isso. Não tem nada a ver com negócio de simulador. Simulador é um pouco de justificativa para enfiar o espeto no bolso do consumidor.

Então, eu vou continuar batendo: isso é uma aberração, isso é uma coisa vergonhosa e inaceitável. Para mim, não está nada justificado. São 180 contos que os cidadãos que vão tirar a carteira, principalmente os mais simples, vão ter que pagar, para sustentar quatro empresas, duas empresas, três empresas. Pouco



importa quais são essas empresas. Eu não quero nem saber de quem são, quem são, o que fazem no Brasil. Só acho que é um absurdo, uma imoralidade o Governo brasileiro se juntar a esse tipo de operação.

E eu lamento muito a Presidente da República estar aí. Eu não sei se Emerson Fittipaldi é garoto-propaganda de uma dessas empresas, ou que danado é, mas lamento demais que a gente assista a um filme que está vendendo ilusões. Mas o povo está sentindo na rua. Quando o preço dessa carteira de motorista começar a aumentar, aí sim, o povo vai começar a protestar e vai botar na conta da Dra. Dilma Rousseff, Presidente da República, do Ministro das Cidades e de todos que acoitaram, como se diz na minha terra, esse tipo de situação. Lamento muito e registro aqui a minha decepção pelo fato de o Governo não recuar.

Vamos lutar, Deputado Edinho, que é do PMDB, para aprovarmos o PDC do Deputado Marcelo Almeida. Se o Governo não quer atender por bem, espero que o Legislativo mostre sua independência e derrube aqui essa resolução, votando o projeto proposto pelo Deputado Marcelo.

Obrigado ao Deputado João e a todos os presentes, e peço desculpas por ter que me ausentar neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. teve direito à réplica, o Ministro vai ter direito à tréplica.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Só 1 minuto, Deputado, para esclarecer, porque chegou uma informação: Quebec, no Canadá, exige que 50% tem que ser através do simulador, é exigência; na Finlândia, é obrigatório; a França usa para cumprir a primeira e a segunda fase das aulas — então isso é obrigatório; e o Japão também adota para motos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Duvido! Eu duvido, Ministro! Vocês estão querendo justificar o injustificável. Duvido que espetem 40 mil reais na conta...

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Não, eu estou apenas respondendo à sua pergunta.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu duvido, sinceramente! Essas empresas de simuladores podem mandar todo tipo de informação, mas eu vou mandar checar isso. Não há uma conta dessas. Isso é um *videogame* que estão espetando no bolso do consumidor brasileiro. Isso é inadmissível que esta Casa não



tenha votado. Desculpe-me contestá-lo e rebater. Isso aí é argumento que a mim não vai convencer. São 180 pilas no bolsinho do cidadão, que sua muito para conquistar esse dinheiro. Infelizmente, por conta de beneficiar quatro empresas, a gente está mandando a conta para o consumidor, lamentavelmente, como é costume no Brasil, infelizmente. E aqui fica o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecendo a participação do Deputado Mendonça Filho, um Deputado sempre aguerrido e presente na nossa Comissão de Fiscalização e Controle, vamos agora, Ministro, como costumamos fazer na Comissão, ao debate em bloco. E V.Exa. responde aos Deputados de uma vez só, para atendermos os questionamentos.

Saúdo o eterno Presidente da Comissão de Fiscalização, professor, companheiro de partido, o Deputado Edinho Bez.

Vou passar a palavra para o 1º Vice-Presidente desta Comissão, Deputado João Arruda, do PMDB do Paraná. Tem a palavra V.Exa. por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu gostaria de cumprimentar o Ministro, os técnicos do Ministério das Cidades, os servidores e os seus assessores diretos — alguns ficaram, aqui já vieram, faziam parte da equipe do ex-Ministro. Agora o Ministério está sob nova direção. Então nós confiamos que as coisas mudem um pouco daqui para frente. Quem nós convocamos aqui não foi o senhor, Ministro. Por isso eu não vou nem fazer perguntas ao Ministro das Cidades. Quem foi convocado foi o Ministro Aguinaldo, que, até por respeito ao senhor, deveria estar aqui hoje conosco.

Eu parablenizo o nosso Presidente da Comissão, que é da Paraíba. Aliás, a Paraíba foi muito beneficiada pelo Ministério das Cidades e pelo ex-Ministro Aguinaldo. Isso é bom para a Paraíba, mas não da maneira como foi feito, de maneira pequena, baixa, sorrateira. Mas eu entendo que o senhor, como servidor da Caixa Econômica, é uma referência aqui para todos nós, e apostamos no seu trabalho daqui para frente. Eu entendo que muita coisa precisa ser feita no nosso País, Deputado Edinho, e o Ministério das Cidades tem um papel importantíssimo. E nós estamos aqui para apoiar o que será feito daqui para frente.

Aproveito a oportunidade para me posicionar sobre os simuladores. Eu não sou tão radical quanto o Deputado Mendonça. Aliás, ontem na CCJ derrubaram um



projeto que exigia a obrigatoriedade do simulador. Eu acho que o simulador pode complementar, mas não pode ser obrigatório, porque existe um cartel. Mas ele pode ser complementar. Essa é a minha posição. Os estudos já existem, mas eu acho que nós temos que avançar ainda mais nos estudos, para que as atitudes não sejam precipitadas.

Eu agradeço a grandeza de V.Exa. de cumprir o Regimento e estar aqui, não como Ministro — embora o senhor esteja aqui hoje e a convocação tenha sido feita ao Ministro —, mas representando o Ministro anterior. Nós não o convocamos aqui, o senhor não deve nada a esta Casa. A equipe é a mesma, mas sabemos que agora, sob a sua liderança, sob uma nova direção, o Ministério terá um novo rumo.

Lembro a história do pato. De repente, Deputado Edinho Bez, a gente tem que convocar aqui o pato. O Presidente Lula disse que o PT vai pagar o pato do Deputado Andre Vargas. Ontem aqui eu disse que o Ministro de Minas e Energia vai pagar o pato da Presidente da PETROBRAS, porque nós fizemos um acordo, em que, caso ela não viesse por convite à nossa Comissão, o Ministro seria convocado. O Ministro de Minas e Energia vai pagar o pato da Presidente da PETROBRAS, e o senhor paga o pato do ex-Ministro. Portanto, acho que está na hora de convocar o pato.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar seguimento aos questionamentos dos participantes. Passo a palavra ao Deputado Manuel Rosa Neca. V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Obrigado, Presidente.

Sr. Ministro Gilberto, a bem da verdade, eu estou na linha de raciocínio do Deputado João Arruda. Nós queríamos mesmo aqui o Ministro Aguinaldo, mas infelizmente isso não aconteceu.

A bem da verdade, o Ministro que o antecedeu politizou o Ministério. Vou lhe dar um exemplo claro e incontestado. Parabéns a V.Exa. pelo seu Estado, mas eu moro num Município da Baixada Fluminense que também foi beneficiado politicamente, porque politizaram a questão do Ministério, o Município de Nilópolis, que tem um Deputado Federal do PP. Houve uma enxurrada de obras mal feitas.



Um estação de tratamento lá está abandonada, não foi nem interligada. Dinheiro público jogado pelos ralos! É um governo dentro de outro governo. Essa é a realidade. Mas não é o senhor responsável por isso.

Aliás, o senhor até foi Vice-Presidente da Caixa, e vou aproveitar sua presença aqui. Tenho certeza de que o senhor conhece bem as dificuldades por que todos os Municípios passam, o senhor sabe disso, com relação à liberação dessas verbas junto à Caixa Econômica. Não tem nada a ver com a sua vinda aqui, mas, já que o senhor foi Superintendente, Vice-Presidente, tem que haver alguma forma de se ajudar os pequenos Municípios a liberar esses recursos junto à Caixa Econômica. Eles não têm quadros técnicos. Um secretário de obras de um Município pequeno ganha... Não tem capacitação técnica, não tem como encomendar projetos. Então, isso fica registrado, até porque o senhor exerce a função de Ministro, vai agilizar ainda muito mais a liberação de todos esses recursos que tem o Ministério das Cidades. Eu estou registrando esse gargalo.

No mais, eu queria fazer uma pergunta ao senhor: esse vídeo que passaram aí foi elaborado, feito, ou foi contratado pelo Ministério das Cidades? Sim ou não?

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Não sei.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Eles estão falando lá que foi.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Foi? Tudo bem.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Eu só queria lhe dar os parabéns pelo Emerson Fittipaldi, pelo bom gosto. Sabe por quê? Porque ele não ultrapassava ninguém, só andava na faixa da direita. Então, fantástico! Olhe só! Gênio! Quem contratou o Fittipaldi para fazer esse vídeo é gênio, porque imagine se fosse contratado o Pastor Maldonado, que abalroa todo mundo, atropela, joga o carro... Foi o Fittipaldi, que não ultrapassava ninguém, respeitava a corrida. Ele ficava lá atrás esperando os carros quebrarem; quando todo mundo quebrava, ele ganhava a corrida. Assim ele foi campeão do mundo. Parabéns, Ministro! Quero dar os parabéns a V.Exa.

E deixo mais uma pergunta: no Ministério do qual V.Exa. hoje está à frente, quanto se deixou, do ano passado para este, de restos a pagar? Em relação aos restos a pagar do Ministério de V.Exa., do ano passado, de 2013 para 2014, quanto ficou de restos a pagar?



O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Doze... Quatro milhões.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Obrigado, Ministro. Eu não tenho mais nada a falar. Quero agradecer a presença de V.Exa., a sua boa vontade de vir aqui numa quinta-feira. A audiência não é muito grande, mas a presença de V.Exa. engrandece esta Comissão.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Só para complementar, Deputado, sobraram 214 milhões do Orçamento. Então, isso era suficiente para pagar todas as emendas. Acho que era esse o objetivo do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, vamos agora passar a palavra para o próximo inscrito, o Deputado Edio Lopes, companheiro de partido do Estado de Roraima.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quero cumprimentar o Presidente, o Ministro. Eu também, Ministro, não quero aqui de maneira nenhuma ser deselegante. Mas nós gostaríamos muito que o ex-Ministro Aguinaldo aqui estivesse. Talvez ele tivesse a oportunidade de esclarecer aos seus pares a sua conduta no Ministério. Essa conta, lamentavelmente, está sobre a sua mesa, mas sem a sua responsabilidade.

Eu quero me ater, Sr. Ministro, ao programa habitacional do Governo Federal. Começo pelo PNHR — Programa Nacional de Habitação Rural. O PNHR parece que é o patinho feio do sistema Minha Casa, Minha Vida. Roraima, por exemplo, Ministro, não contratou uma única unidade de PNHR em 2013. Em 2014, vai-se na mesma linha, porque, segundo a Caixa, o Ministério já determinou a não contratação de Programa Nacional de Habitação Rural. E nos Estados amazônicos, sobretudo, o PNHR deveria ser a prioridade do Governo Federal. Temos os nossos ribeirinhos, os nossos indígenas, os nossos extrativistas, mas parece que o sistema só tem olhos para os grandes projetos das grandes empreiteiras e das grandes cidades.

Outra coisa, Ministro — não só o Minha Casa, Minha Vida: nós precisamos urgentemente redimensionar a questão das obras públicas neste País. Em São Paulo constrói-se uma casa pelo mesmo valor que nós lá na Amazônia, lá nos cafundós da Amazônia. É o mesmo valor, a unidade em si é o mesmo valor. Agora, em São Paulo, Ministro, uma saca de cimento custa 16 reais em qualquer casa de



material de construção. Uma saca de cimento de 50 quilos, Presidente! Em Roraima, uma saca de cimento de 42,5 quilos — porque lá em Roraima há essa jabuticaba também — custa 34 reais, mais que o dobro do que custa uma saca de cimento aqui em Brasília, e ainda com menos 7,5 quilos de cimento. Mas o preço do Ministério para construir uma casa, Deputado Edinho, é o mesmo. Então, há algumas distorções, e não é só no Minha Casa, Minha Vida, mas de um modo geral, neste País tão grande e com realidades tão diferentes, que precisam ser redimensionadas.

Ministro, outra coisa que até hoje eu não entendi é por que por uma casa na capital, onde os materiais de construção custam muito menos do que no interior, paga-se, por exemplo, Presidente, 62 mil reais — uma casa do Programa Minha Casa, Minha Vida na capital —, e, quando você vai ao interior, lá nos cafundós, o preço é quarenta e poucos mil reais. Eu até hoje não entendi qual é a engenharia do “iluminado” aqui no Planalto que montou um negócio desses, quando deveria ser o inverso. Eu estou falando aqui de Amazônia, Ministro.

Há outro gargalo da Caixa Econômica Federal. O senhor é oriundo da Caixa. O senhor me perdoe, mas vai ouvir um pouco aqui. Se a Presidente Dilma quer realmente que o Minha Casa, Minha Vida venha a ser o grande projeto que ela idealizou e que nós brasileiros sonhamos, a Caixa precisa criar jeito. Ninguém aguenta a burocracia da Caixa Econômica, pelo menos no meu Estado. Ninguém aguenta! É um negócio nojento, Presidente, absurdo! A entidade coloca o projeto lá, é necessário certidão disso, certidão daquilo, e, quando se está na reta final, uma certidão venceu. Pronto, o projeto volta lá para trás. A Caixa não tem equipe, a Caixa não tem estrutura para tocar os projetos que hoje conseguiu englobar.

Para o senhor ter uma ideia, das emendas individuais da bancada do Estado de Roraima, apenas 2,6% foram para Ministérios que conveniam com a Caixa, porque ninguém aguenta mais a Caixa — não aguentam o Parlamentar, não aguentam o Prefeito, não aguentam ninguém. Já há muitas empresas grandes que não querem mais obras financiadas pela Caixa. Então, a grande não quer. E a empresa pequena quebra, porque ela faz um pedaço da obra, 10% da obra, pede medição. O engenheiro da Caixa demora 1 mês para ir lá. Depois, espera-se mais 1 mês, com o processo rolando dentro da Caixa. Foram gastos 60 dias. Aí, um



funcionário foi para o Ministério do Trabalho. Pronto, aí a Caixa não paga mais, porque não tem mais a certidão.

A Caixa precisa ou entregar uma parte dessa imensa incumbência que tem ou então se reestruturar. A Caixa não faz concurso. Lá no meu Estado, a Caixa saiu abrindo agência em todos os Municípios com uma faca no pescoço dos Prefeitos para pegar as folhas de pagamento, para poder ter os consignados. A verdade é essa. E aí, como não fez concurso, o que ela fez? Ela tinha três agências na capital, saiu tirando um funcionário daqui, outro de acolá, botando um em cada Município, e temos lá aquele inferno.

Ministro, o senhor me perdoe estar abordando esse assunto, Infelizmente, mas é porque o senhor é da Caixa, vai voltar para lá um dia e deve levar do seu Ministério essa experiência absurda que nós vivemos neste País.

O Minha Casa, Minha Vida poderia ser outro patamar, e o senhor há de convir comigo. Presidente, eu duvido que alguém me apresente aqui um projeto que começou, pelo menos numa cidade pequena, e se assentou o primeiro tijolo com menos de 2 anos — com menos de 2 anos! Isso se a entidade ou o Prefeito tiver paciência para ir atendendo o vai e vem da Caixa durante todo esse tempo.

Então, Ministro, o carro-chefe do seu Ministério é, sem nenhuma dúvida, pelo menos na esfera popular, o Minha Casa, Minha Vida, que precisa de reparos urgentes, porque, do jeito que está, não dá mais, pelo menos para nós na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecemos a participação do Deputado Edio.

Ministro, com relação ao tema Minha Casa, Minha Vida, fique à vontade para responder ao Deputado. Acreditamos que V.Exa. irá prestar algum esclarecimento, mas esse tema não estava no requerimento de convocação de V.Exa. O Deputado Edio, a meu ver, tem toda a razão de elencar esses problemas, porque realmente são questões que todo o País enfrenta. V.Exa. está à frente de uma Pasta importante e, sem dúvida alguma, deve receber constantemente essas queixas, porque realmente nós que somos os portadores, por estarmos na ponta, é que somos procurados, seja por prefeitos, seja por entidades, seja pela população em geral. Realmente, há uma cobrança muito grande por causa da burocracia e da dificuldade na viabilização dos projetos. A gente sabe que muitas vezes o Ministério



tem os recursos e a equipe para analisar, mas essa burocracia realmente trava o País.

Quando nós chegamos aqui para o início deste mandato, estou no primeiro mandato, eu estava na Comissão de Desenvolvimento Urbano, uma das questões que elencamos lá foi a burocracia da Caixa. Nós batemos tanto nisso que a resolução mudou. Até 750 mil reais, os Ministérios tinham a obrigação de pagar 50%.

O que acontecia? Eu sou de um Estado pobre, Ministro, e, quando a gente colocava 200 mil, 300 mil reais em uma emenda para calçar algumas ruas do Município, muitas vezes essas obras não terminavam nunca. Por quê? Porque geralmente são empresas pequenas que vencem a licitação, que passam 1 ano, 2 anos para receber uma medição. Resultado: o Prefeito se desgasta, o dono da empresa quebra e o benefício não chega. E isso geralmente cai no colo do Deputado, que volta lá 4 anos depois para pedir a confiança do povo novamente. Lá nós somos cobrados, e muitas vezes a culpa não é nossa, porque o nosso trabalho é colocar uma emenda. E todo esse trâmite, desde o início até a execução final, depende da Caixa, depende do Ministério, depende do Governo Federal. E aí vem decreto daqui, decreto dali, resolução do TCU, uma burocracia realmente sem fim.

O Deputado Edio, a meu ver, tem toda a razão.

O Deputado Rosa Neca quer fazer alguma colocação?

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Presidente, só quero fazer um comentário, já que nós saímos do assunto. Acho que a coisa está tão informal aqui, Ministro, o senhor vai entender — para o senhor entender o que é a Caixa Econômica. Eu, cidadão Manuel Rosa da Silva, todo mundo me conhece como Neca, estou tentando pagar o FIES — Programa de Financiamento Estudantil. Ministro, nós estamos falando de botar dinheiro, de pagar. Eu já fui umas dez vezes à agência em que sou correntista — aliás, a cada 30 dias, temos um gerente, mas essa é uma discussão interna —, e o gerente não consegue me dar o valor do FIES. Isso é só para ilustrar o gargalo, o massacre que a Caixa Econômica faz, especialmente com relação a esses valores pequenos, a essas emendas a que o Deputado aqui se referiu. Todos os empreiteiros pequenos quebram. Eles não



querem mais trabalhar com a Caixa. Dizem: *“É financiado pela Caixa? Não me interessa”*.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Presidente, rapidinho, registro uma questão que eu entendo ser muito importante.

Ministro, tem um programa antigo, de cujo nome eu não me lembro, de uns 8 ou 10 anos atrás, em que o Governo conveniou com os Municípios, através da Caixa, milhares de casas na Amazônia. Era um sistema mais ou menos misturado, em que a Prefeitura ajudava com não sei o quê. Milhares de famílias hoje, Presidente, não acessam programas porque, para o Governo, elas estão contratadas, inclusive recebem até cobranças da Caixa. E lá no Estado nós temos pressionado a Caixa para fazer o distrato, mas a Caixa não tem nenhum interesse em fazê-lo. E eu vim entender o porquê. Porque existem milhões de reais depositados na Caixa. Esses recursos foram liberados. Como hoje o valor que está lá é da ordem de 8 mil, 10 mil reais — é impossível pensar em construir até um banheiro com esse valor —, aí fica-se naquela situação: o Prefeito não constrói porque o dinheiro não dá; a Caixa não assina o distrato porque... É preciso resolver isso. Esse é um caso vergonhoso. Aí o cidadão hoje se inscreve num programa habitacional qualquer, o nome dele está lá no CadÚnico. Lá ele está impedido de participar de qualquer processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou chamar o Deputado Edinho Bez. *(Pausa.)* Acho que ele saiu para atender uma ligação. Se ele voltar, nós lhe daremos a palavra.

Vou passar então a palavra para o Deputado Marcos Rogério, do PDT. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, nobre Deputado Hugo Motta; Sr. Ministro Gilberto, a quem saúdo pela ascensão ao Ministério, e lhe desejo pleno êxito; Sr. Secretário Luiz Paulo; Sras. e Srs. Deputados que aqui estão, eu queria fazer algumas considerações, iniciando pelo último tema introduzido na reunião. Eu estava acompanhando parte da exposição do Ministro do gabinete, e muito atentamente, em relação à questão dos simuladores. Mas esse tema que foi introduzido por último é um tema que incomoda a todos nós. Eu queria fazer outra abordagem, embora talvez não seja objeto central do debate, apenas para reflexão.



Nós temos realmente muitos problemas com relação à execução de obras e serviços conveniados com o Ministério, especialmente com aqueles que passam pela Caixa Econômica Federal. Mas nós temos outro problema, que é muito grave, e é preciso encontrar um meio para resolvê-lo: justamente, o fato de a demora na execução da obra acarretar o desinteresse de muitas empresas de participar do processo licitatório. E aí, em muitos casos, a licitação fica deserta. Por quê? Porque o Deputado faz o encaminhamento de uma emenda, a indicação; depois vem o empenho; a Prefeitura apresenta o projeto; tem-se que analisar o projeto; depois ele vai para a Caixa; tem-se que liberar o recurso. Enfim, até o momento de se fazer a licitação, já se passaram, em muitos casos, 2 anos.

Sr. Presidente, embora romanticamente se fale que não tem inflação no Brasil, ela está aí: o preço do cimento 2 anos atrás era um, o preço do cimento agora é outro; o preço do ferro 2 anos atrás era um, o preço do ferro agora é outro. Como é que você vai exigir que aquela obra aconteça com o preço que foi anunciado lá, quando foi cadastrada? Há todo um caminho até se chegar à execução.

Então, nós precisamos rever essa sistemática, que é perversa tanto com quem faz a indicação aqui, que é o Parlamentar que quer ver o resultado lá na ponta, quanto com os administradores, os prefeitos e, por último, com quem vai executar a obra, o empresário, que, muitas vezes, o faz com o sacrifício de sofrer prejuízos em razão da defasagem do preço, do aumento do preço dos itens da construção.

Eu acho, então, que é importante isso ser analisado e se encontrar um caminho para se resolver isso. A Caixa tem feito um gesto, que é o de terceirização de muitos dos seus serviços. Eu ainda não fiz uma análise mais profunda sobre isso. Penso que em alguns aspectos houve avanço, melhorou, mas acho também que o Ministério do Planejamento e a própria Direção da Caixa precisam rever a sua política interna e fazer concurso, contratar mão de obra, contratar gente, botar servidor público para trabalhar, porque terceirizado não é Estado, não é poder público, embora tenha funções do poder público.

Esta é a observação que eu faria. V.Exa. está com a incumbência de tocar o Ministério e é alguém que vem da casa, da Caixa Econômica Federal, que é uma



grande parceira dos Municípios brasileiros, mas acho que existem alguns pontos que nós precisamos enfrentar e resolver.

O assunto que está norteando o debate hoje é a questão do simulador. Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, este tema foi amplamente debatido, e eu fui o autor de voto em separado, que acabou levando à derrota do projeto na CCJ. Havia dois votos em separado, um de minha autoria, outro do Deputado Marcelo Almeida, do Paraná. Eu vi, no gabinete, a apresentação aqui do vídeo e fiquei preocupado, porque ele passa a falsa ideia de que esse sistema é eficiente e vai garantir realmente como resultado a redução do nível de acidentes no Brasil e, por consequência, do alto índice de mortes que nós temos. Aliás, há uma contradição inicial, porque a pesquisa que o próprio Ministério e as autoridades do trânsito têm mostra que o maior problema no Brasil são as motocicletas, e esse sistema acaba não abrangendo essa questão. Então, há uma contradição inicial.

Mas o que me chama a atenção também é que os estudos que foram feitos para se implantar no Brasil essa política foram extremamente acanhados. Enquanto nos Estados Unidos fizeram um estudo, nas escolas americanas, com 550 alunos em 2 anos de pesquisa — porque lá a partir dos 16 já se pode dirigir —, no Brasil fizeram uma pesquisa com 19 pessoas e em pouco mais de 2 meses. Será que nós temos realmente condições de aferir alguma coisa numa pesquisa com 19 alunos em 2 meses, para se criar uma obrigação desse tamanho para o Brasil? Eu penso que a nossa forma de medir a importância de um instrumento como esse está equivocada.

Sr. Presidente, eu tenho debatido este tema não só aqui na Casa, mas no meu Estado também, com os próprios representantes dos CFCs — Centros de Formação de Condutores do meu Estado, e tenho preocupação com isso, porque, vejam, o caso americano, do qual foi apresentado um vídeo aqui, tem uma situação totalmente diferente. O instrumento que é utilizado lá é diferente do que é utilizado aqui. Copiaram a ideia, mas copiaram mal, com todo o respeito. O equipamento de lá simula a direção real. Ele é um equipamento que tem um sistema que eles chamam de sinergia. O que significa isso? Ele responde à situação real vivenciada pelo motorista. Se ele freia, o condutor vai ter o jogo de corpo e saberá que o carro



está freando; o do Brasil, não, é um modelo estático, que não simula a realidade da direção.

Quem já teve oportunidade de fazer o teste, como eu fiz, sabe que é amedrontador entrar num equipamento daqueles. É mais um joguinho mesmo, como alguém disse aqui. É um equipamento que era utilizado em salas de jogos.

Agora, o que me chama a atenção — e no voto que eu apresentei à CCJC fiz esta referência — é que no Brasil já se usam simuladores, é verdade, na aviação civil. Agora, na aviação civil, Sr. Presidente, nobre Ministro, o simulador é facultativo, ele é complementar. Não se obriga ao aluno, ao candidato a piloto, ao candidato ao brevê passar pelo simulador. Agora, vejam, para se formar piloto de avião no Brasil não é preciso um simulador! Mas, para ser motorista de carro no Brasil, querem tornar obrigatório o uso do simulador.

Outra coisa que é uma comparação perversa é levar o candidato ao volante para um simulador, que simula uma via pavimentada de boa qualidade, uma avenida bonita, e depois que ele sai do simulador, como alertava o Deputado Ronaldo ontem lá na CCJC, ele vai enfrentar uma rodovia esburacada e condutores infelizmente nem sempre bem formados. E aí, sublinho, a qualidade da formação não está no uso do equipamento, mas na forma em que se dá essa formação, o tempo que se leva para se adquirir essa formação.

Então, eu penso que nós temos que discutir essa questão com a profundidade que o tema merece, e não temos o direito de impor ao brasileiro um encargo que não tem pesquisa e não tem ciência que garantam o resultado efetivo, que ele produza algum resultado positivo.

O art. 170 da Constituição Federal, Sr. Presidente, diz que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano. Aqui se quer substituir o trabalho humano por máquinas, e simulando uma realidade virtual que difere da realidade real do Brasil.

Eu penso que nós estamos diante de algo que temos que analisar. A pesquisa que foi feita, repito, não traduz dados concretos que apontem algum elemento de convicção de que esse programa, de que esse instrumento vá favorecer a formação de condutores de veículos.



O parágrafo único daquele mesmo artigo diz que é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, e esse empreendimento e esse equipamento coloca especialmente os donos de autoescolas menores no Brasil em uma situação difícil. Para muitos, se tivessem de comprá-lo, o equipamento que custava há pouco tempo cerca de 10 mil reais hoje já chega a 40 mil reais.

Agora, eles arrumaram um jeitinho para poder ganhar o apoio dos CFCs, arrumaram um jeitinho! Só que quem paga a conta é o aluno, é aquele que quer a carteira de habilitação.

Sr. Presidente, eu concluo dizendo o seguinte: isto aqui é algo que deve ser denunciado. Não vou nem entrar na questão das denúncias que estão fazendo a respeito de cartel. Essa é outra questão que tem que ser investigada no momento oportuno. Mas, como havia resistência dentro das autoescolas, dentro dos CFCs, o que fizeram? *“Não, vamos fazer o seguinte: você não pode pagar o equipamento? Qual é a sua demanda aqui?”* *“A minha demanda aqui é de tantos alunos”*. *“Então, é o seguinte: eu vou te dar na forma de comodato ou leasing, depende do caso”*. Aí, o camarada faz o seguinte: acrescenta ao custo da habilitação 250 a 300 reais e consegue, dentro de um período, retornar isso.

Eu penso que nós estamos impondo aos brasileiros um encargo que não tem comprovação científica de que seja realmente o melhor caminho para a boa formação. Nós vamos aumentar em 5 horas o tempo de formação — acho que até o tempo de formação nós podemos aumentar, mas não pela via do simulador. Vamos simular a realidade, vamos colocar técnicos, professores mais qualificados para fazerem essa instrução na realidade do Brasil. Agora, o simulador, com todo respeito, ofende a Constituição Federal nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e, no art. 37 da Constituição, no princípio da eficiência, porque essa eficiência não foi aferida. Perdoem-me a veemência, mas testar o equipamento com 19 condutores, em 2 meses, acho que não é uma boa referência.

Faço essas ponderações aqui apenas para reiterar o que nós fizemos ontem na CCJC; o projeto foi rejeitado lá. E vamos trabalhar para no plenário aprovar o PDC que susta os efeitos da resolução que está em vigor, mesmo que suspensa — parece que nos mês de junho voltaria a vigor os seus efeitos. Vamos trabalhar nesse sentido.



Acho que, no futuro, se houver comprovação científica de que isso realmente tenha um efeito benéfico para a sociedade, poderemos discutir. Agora, se fosse tão bom, na aviação não seria facultativo e nem complementar, seria obrigatório. E o texto que está aqui diz que ele é obrigatório para os alunos obterem a Carteira Nacional de Habilitação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a participação de V.Exa. V.Exa. não é membro desta Comissão, mas sempre está aqui presente nas nossas audiências públicas, engrandecendo o debate e trazendo questionamentos sempre pertinentes.

Volto a palavra para o Ministro Gilberto, para que S.Exa. possa fazer os esclarecimentos aos questionamentos dos Deputados.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Primeiramente, quero agradecer o desejo de sucesso. Realmente, vamos trabalhar com o objetivo de ter esse sucesso, mas principalmente de atender a essas diretrizes do Governo Federal para fazer chegar à população brasileira esses programas todos do Ministério das Cidades.

Eu vi, Sr. Presidente, que alguns assuntos aqui dizem respeito à Caixa Econômica Federal, ao programa Minha Casa, Minha Vida, à questão rural. Eu gostaria apenas de fazer alguns comentários, porque eu não trouxe algumas informações, mas não gostaria de não comentar a respeito dessas abordagens.

Com relação ao simulador, eu queria ratificar, mais uma vez, que os estudos feitos pela Universidade de Santa Catarina já vêm de alguns anos. Realmente, o simulador é estático para o condutor, conforme o Deputado falou, mas ele simula realidades, tanto é que no filme você vê que ele perde a direção, bate, o vidro quebra, e há essa simulação da realidade. Não sei onde tem essa informação de apenas 19 condutores e 2 meses de teste, mas o que eu posso afirmar aqui são os dados — eu vi o Deputado Mendonça Filho comentar com relação aos custos e o senhor também.

De acordo com os estudos que nós já temos da utilização do simulador no Estado do Rio Grande do Sul — eu disse aqui e tenho a comprovação —, ele traz uma economia para o condutor. Eu estou trazendo isso como uma média. Posso até



concordar que, para um, vai haver majoração na despesa, mas, para a grande maioria ou para a média, vai haver redução na despesa. Portanto, se um dos casos é a questão da despesa, nos estudos que nós temos no Estado do Rio Grande do Sul, que já tem o simulador implementado, há redução de despesa no custo médio. Este é um ponto.

Sobre outras questões referentes a cartel, a monopólio, ou o nome que se queira dar, eu informei aqui, no início da minha explanação, que nós temos hoje realmente quatro empresas no País que são fornecedoras do simulador. Portanto, se nós tivermos 10, nós teremos 10 habilitadas. Se nós tivermos, a partir de agora, 15 ou 20, nós vamos ter todas elas habilitadas. A sua habilitação está aberta. É esta a informação que o Ministério das Cidades tem para passar.

Saindo um pouco da questão do simulador, vou fazer um levantamento dos estudos e gostaria muito, Deputado Marcos, que V.Exa. pudesse nos dar essa informação, ou fazer chegar ao Ministério, sobre ser apenas 19 alunos. Eu pedi à equipe do Ministério responsável por essa área, e eles não têm essa informação neste momento, têm apenas a informação de que os estudos da Universidade de Santa Catarina vêm desde 2009. Portanto, estamos praticamente há quase 5 anos com estudos em relação ao simulador.

Vou falar um pouco sobre a Caixa Econômica, informações mais públicas. Ouvi aqui dois Deputados questionando sobre a necessidade de concurso, pessoas e equipes. Só queria informá-los que, na semana passada, no domingo, houve o concurso da Caixa Econômica Federal não só para a área administrativa, mas também para a área técnica. Nós realmente utilizamos o serviço terceirizado em diversos Estados brasileiros. A Caixa Econômica tem uma grande equipe de empresas terceirizadas com profissionais na busca do atendimento tempestivo às demandas dos Municípios, dos Estados e dos Parlamentares também. Isso para nós é importante.

Outra informação que acho relevante é que a Caixa Econômica, sozinha, representou o número positivo de contratações no sistema bancário brasileiro, no último ano. Quero dizer com isso que apenas a Caixa Econômica contratou pessoas no mercado financeiro brasileiro. Isso, para nós, é importante.



Nós saímos, nos últimos 3 anos, de um número de aproximadamente 2.400 agências para agora, no ano de 2013, fechar com mais de 4 mil agências no Brasil. Esse é um esforço da Caixa, que reconhece as sugestões, as críticas e a cobrança do País para a presença cada vez mais atuante dentro das cidades brasileiras.

Saímos disso e continuamos — e falo por ser um empregado da Caixa Econômica Federal há 34 anos — com investimentos de abertura de novas agências.

No ano passado, a Caixa Econômica também criou uma nova Vice-Presidência, a Vice-Presidência de Habitação. Existia a Vice-Presidência de Habitação e Governo, e foi criada a de Habitação para se dedicar exclusivamente aos programas habitacionais, tanto do Governo Federal quanto do mercado, de uma maneira geral, usando os recursos do Fundo de Garantia, da Caderneta de Poupança e os recursos próprios da Caixa Econômica. Com isso, houve um fortalecimento nas áreas tanto de habitação quanto de governo nos Estados brasileiros. Antigamente nós tínhamos 72 áreas de Engenharia que cuidavam de habitação e de programas de governo, hoje nós temos 144 áreas. E aqui se encontra também a equipe da Caixa Econômica, que até poderá, depois, fazer os esclarecimentos mais específicos para cada um dos Srs. Deputados.

Com relação à liberação das obras, nós sabemos muito bem, tivemos um avanço com a Portaria nº 507, que estabelece que obras até o volume de 700 mil reais devem ter o seu início autorizado somente quando houver a disponibilidade financeira de 50% do recurso do contrato. Esse avanço ocorreu a partir de um esforço coletivo, e nós temos que agradecer a esta Casa, que ajudou nessa construção e que apoiou. Então, nós precisamos entender que, no trâmite geral, nem a Caixa nem o Ministério das Cidades é detentor do Orçamento Geral da União. Cada um faz a sua parte: seleciona, contrata, analisa e aguarda os recursos financeiros, para que a gente possa dar o prosseguimento nas obras.

Houve aqui também um comentário com relação a grandes projetos, grandes empresas. Eu quero dizer o seguinte: nós temos aproximadamente 21 grandes empresas neste País que fazem o programa Minha Casa, Minha Vida, números que essas empresas construíram no País montam a aproximadamente 400 mil unidades



dentro do Minha Casa, Minha Vida. Quero dizer aos senhores que nós contratamos mais de 3 milhões de unidades.

Então, essas grandes empresas representam apenas pouco mais de 12% a 13% daquilo que foi contratado no programa Minha Casa, Minha Vida. E isso significa dizer que todas as outras contratações foram feitas por pequenas e médias empresas neste País. Essas são as verdadeiras empresas, que acabam tocando essas obras, principalmente as do Minha Casa, Minha Vida.

Acho importante a gente ter isso em conta, porque os grandes empreendimentos aparecem muito mais, porém acabam não representando a maioria. As grandes empresas são importantes nessa construção, mas as pequenas e médias empresas são as que ajudam a pulverizar a atuação do programa Minha Casa, Minha Vida nos diversos lugares deste País e dos nossos Estados.

Só esclarecendo, a diferenciação do preço do Programa Minha Casa, Minha Vida leva principalmente em consideração... E aí no Norte é mais caro que no Nordeste, que é mais barato que no Sudeste e, às vezes, nas grandes capitais é mais caro, ou o valor é maior do que nas menores cidades. Isso tem uma explicação muito básica. Primeiro, no Norte ele tem um valor superior ao do Nordeste por conta da dificuldade do acesso aos materiais de construção. Por outro lado, entende-se que um terreno em Brasília, em São Paulo ou no Rio de Janeiro é muito mais caro do que numa cidade como a citada aqui pelo Deputado, Nilópolis, ou mesmo naquela região que eu conheço muito bem, porque morei no Rio de Janeiro, como Mesquita, Belford Roxo, Olinda, aquela região toda ali.

Então, entende-se ou pressupõe-se que esses terrenos nas grandes cidades, nas capitais, nas regiões metropolitanas são maiores, e se exige um pouco mais de valor para que se viabilize. Por outro lado, nós como Governo Federal, como Ministério das Cidades, também estamos solicitando, cada vez mais, o apoio do poder público local, seja Estado ou Município, para busca dessa viabilidade, até porque o programa Minha Casa, Minha Vida traz no seu bojo um subsídio que nunca se viu neste País, e temos que respeitar o Orçamento Anual ou Plurianual, aprovado principalmente por esta Casa. Portanto, nós vamos ter que trabalhar, claro, cada vez mais, com essas parcerias e com esses objetivos de juntar os esforços dos recursos do Governo Federal, mas também com apoio de Governo dos Estados e de



Prefeituras, para que a gente possa viabilizar esses investimentos e esses grandes projetos.

Eu queria, Deputado Manuel Rosa, colocar-me à disposição de V.Exa. e também do Deputado Edio Lopes para ser um interlocutor junto à Caixa Econômica Federal. Eu tenho feito isso no Ministério das Cidades com todos os Parlamentares que têm me procurado. Eu reconheço que as demandas são grandes, e ontem mesmo tive a oportunidade de atender alguns Deputados Federais lá e Senadores também. Na mesma hora, peguei o telefone e liguei na Caixa Econômica — e agradeço muito por ela me atender de maneira tempestiva. Então, eu acho que deve ter algum equívoco, mas eu quero me colocar à disposição dos senhores para que nos assuntos da Caixa Econômica Federal eu possa ser também um dos interlocutores dos senhores nas demandas aqui. Não só dos senhores, mas houve aqui este comentário. Eu tenho ali uma pessoa que está respondendo hoje pela Vice-Presidência da Caixa, meu amigo José Carlos Medaglia, um conhecedor da área e que também atua com todas essas áreas, principalmente nas áreas de engenharia da Caixa Econômica Federal. Não digo que vou resolver, mas quero me unir aos senhores para ser o interlocutor junto à Caixa Econômica Federal.

Não sei se deixei alguma coisa sem um comentário ou sem uma ajuda, mas quero agradecer, e continuo à disposição para esclarecer os questionamentos, Presidente Hugo Motta. Quero realmente agradecer a tolerância e a compreensão de todos os Parlamentares presentes e me unir aos senhores na solução junto ao Ministério das Cidades e também à Caixa Econômica Federal. Estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado João Arruda pediu para fazer mais uma breve intervenção. O Deputado Irajá Abreu chegou há pouco. V.Exa. deseja falar?

Com a palavra o Deputado João Arruda, e a gente encerra a audiência.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Só quero fazer um agradecimento ao Ministro e fazer sua defesa porque a questão dos simuladores é muito particular e também exige muito estudo e muita pesquisa. Eu não imagino que V.Exa., na Caixa Econômica, tenha feito essa análise, tenha tido a oportunidade de fazer esse debate. Não imagino mesmo.



Em relação também às emendas, ao Orçamento e a tudo o que aconteceu no ano passado, peço desculpa. Não levem uma impressão errada aqui desta Comissão e desta Casa em relação a alguns comentários calorosos e às vezes até irônicos em relação ao que aconteceu, porque tinha muita coisa que ficou aqui engasgada do ano passado para cá, mas nós sabemos que V.Exa. fará um bom trabalho, e pode contar aqui com todos os Parlamentares até para que a gente possa se aprofundar. Nós nos colocamos à sua disposição para fazer essa interlocução junto à Caixa Econômica também que, infelizmente, precisa de mais funcionários, mais tecnologia, mais estrutura, e disso nós sabemos. Para lutar por isso, muita coisa não passa pelo Ministério. Sei que V.Exa. entra em contato, reivindica e briga para que as coisas aconteçam.

Estive ontem com V.Exa. e coloquei diversas questões, e vi a disposição de V.Exa. para fazer esse trabalho e entrar agora com o pé direito, com certeza, ao final do mandato. Esperamos que fique lá muito tempo e que faça realmente um bom trabalho. Agradeço imensamente. V.Exa. cumpriu o Regimento, veio aqui como Ministro com a responsabilidade institucional de trazer as informações e esclarecer algumas questões. Que fique claro que não tínhamos nenhum objetivo de constranger V.Exa., que acabou de assumir o Ministério. Acho que quem tinha a responsabilidade de vir aqui infelizmente não veio. É desnecessária a fuga da responsabilidade de prestar contas de algumas coisas, porque nós aqui somos todos Deputados Federais. Passam pelos Ministérios alguns, exercem a função de Ministro e depois têm de voltar para a Câmara e ficar escondidos aqui para não ter de cumprimentar os Deputados pela relação que não teve nenhuma transparência durante o exercício da função de Ministro.

Parabenizo-o pelos esclarecimentos e pela oportunidade que o senhor nos deu aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu ouvi aqui muito mais um técnico da Caixa do que um Ministro. Eu acompanho Prefeitos rotineiramente à Caixa. Muitas vezes, a gente sai convencido da Caixa de que o grande deficiente na história é o



Município. Mas eu falo isso, Ministro, e também reconheço a grande importância do banco Caixa enquanto agente social neste País.

O que nós questionamos é a abrangência. A Caixa agora está até no financiamento rural, uma área que era tradicional do Banco do Brasil e outros, mas a Caixa já se meteu lá. Eu tenho certeza de que cada minuto dedicado a essa área será um minuto a menos dentro das áreas tradicionais da Caixa.

Quero repetir novamente porque eu creio que, no próximo Orçamento, a continuar o estado de coisas que aí está, a situação de Roraima deverá contaminar a maioria dos Estados. No Orçamento de 2014, repito, Presidente, apenas 2,6% das emendas do meu Estado, da bancada do meu Estado, foram colocadas para Ministérios que conveniam com a Caixa. E olha que a grande maioria dos Ministérios da Esplanada estão atrelados à Caixa. Refiro-me a gigantes dos Ministérios, como o seu. Isso se dá por uma única razão. Além da burocracia federal e dos Ministérios que repassam através de suas inúmeras portarias, que nem sempre estão em sintonia, ainda a Caixa tem as suas regras. Cada engenheiro da Caixa tem lá o seu manualzinho num lugar. Então, é preciso unificar essa questão. Eu dou um exemplo aqui, Presidente, porque acho que nós deveríamos começar a atacar essa questão.

Veja bem, um Município faz um convênio com um Ministério A, recebe metade ou mais da metade dos recursos nas parcelas, executa e presta contas. Aí o convênio, justamente por causa dessa morosidade, vence. O Município entra no CAUC — Cadastro Único de Convênios, no dia da prorrogação. O senhor sabe qual o critério de muitos Ministérios aqui na Esplanada? Tomada de conta especial, encerra-se o convênio, pede-se o recurso de volta, e lá está o Prefeito na CGU, no TCU, no Ministério Público, na Polícia Federal e o escambau pelo resto da vida. Outros Ministérios entendem que, feito o convênio, assinado o convênio, obra iniciada, recurso já despendido, não há que se falar mais em observância de CAUC para a prorrogação de convênio. Então, essas coisas na Esplanada têm que ter um fim. Não pode ser dessa forma. Não pode ser dessa forma!

Ministro, deixo aqui o meu agradecimento. Só o fato de o senhor ter vindo aqui responder às questões que o senhor sabia de antemão — e olha que nós o poupamos, porque nós sabemos do porquê o Ministro Aguinaldo foi chamado aqui...



Como disseram, ele deveria ter pelo menos a hombridade com o seu sucessor de estar sentado aqui para ouvir e falar.

Eu desejo ao senhor sucesso e que o senhor, como um homem que vem da Caixa, talvez tenha a oportunidade de ser o grande arquiteto de um novo modelo na inter-relação Município, Caixa, Ministérios e esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de passar a palavra para que o Ministro possa fazer as considerações finais, concedo a palavra ao Deputado Manuel Rosa Neca.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Sr. Presidente, só para encerrar a minha participação nesta audiência, agradeço a presença do Ministro. Devo dizer a V.Exa., já que está com o assunto da Caixa, que arrumasse uma forma de revogar, de tirar esse manual, que não é burocracia, mas má vontade da Caixa. É um manual que estabelece a má vontade da Caixa de facilitar que as coisas aconteçam. O senhor talvez não tenha, mesmo sendo funcionário de alto escalão, a exata noção das maldades feitas, do descaso, da agonia que é hoje se levar o pleito de um Prefeito e as coisas não acontecerem. O Deputado fica desmoralizado, o Prefeito fica desmoralizado, e o Governo, a própria instituição fica sem credibilidade.

Hoje, a realidade mundial é de resultado. Não tem que ter mais esse tipo de gargalo. O povo, hoje, quer resultado para ontem. Então, alguma coisa tem que ser feita.

Esta Casa é de leis. Tem tanta medida provisória! Mandem! Vamos estudar! A Caixa teria de estudar! O Ministério de V.Exa. tem que fazer um estudo, e mandem para a gente, até para tentarmos aprimorá-lo ou não, mas que isso se resolva, que acabe de uma vez por todas.

A própria Presidente... Ela mesma não tem nem tempo, mas o Governo em si, os Ministros teriam de entender: a demanda está aí, o povo não tem paciência para esperar mais nada — mobilidade, obra, Minha Casa, Minha Vida; eles querem para ontem.

Esses gargalos que existem, na realidade, são um manual de má vontade. Não é burocracia, é má vontade mesmo para fazer com que as coisas não



aconteçam. Eu não sei se o salário é baixo, eu não sei o que acontece, mas nada acontece. O que acontece é que nada acontece.

Então, Ministro, leve essa mensagem e pode contar com a nossa boa vontade enquanto Deputado Federal — por pouco tempo, pois o mandato está acabando no final do ano. Agradeço a V.Exa. pela presença.

Essa questão do simulador foi mal conduzida. Ela teria que passar por um debate profundo nesta Casa. Dificilmente o PDC do Deputado vai ser aprovado. A Casa não entuba esse simulador, porque foi mal conduzido.

Então, esta Casa está aberta a todo tipo de entendimento, os Deputados têm uma boa vontade infinita. Agora, vamos conversar. Tragam para cá o problema. Vamos conversar! Senão fica difícil.

De qualquer forma, muito obrigado a V.Exa. pela presença. O senhor é uma pessoa simpática, para definir a presença do Ministro. É uma pessoa simpática, e até inibe um pouco a gente de querer ser um pouco mais... Quebrou a gente. Fazer o quê? O homem é simpático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero agradecer ao Deputado Manuel Rosa Neca e ao Deputado João Arruda pelas manifestações.

Antes de passar a palavra ao Ministro para suas considerações finais, quero dizer que esta Comissão tem sido palco de grandes discussões; tem procurado debater temas que muitas vezes são difíceis, porque infelizmente esse é o viés do nosso trabalho aqui, mas temos procurado aproximar a Comissão dos cidadãos e também estreitar os laços com o Executivo.

Se um Deputado vem aqui, de maneira legítima, cobrar o não empenho das suas emendas e recursos, é porque essa é a nossa atividade. Nós realmente somos fruto daquilo que cativamos em nossos Estados. Nós representamos aqui a esperança do povo de cada cidade, de cada região carente, que depende de nós para ter uma melhora na qualidade de vida na ponta. Então, toda essa cobrança que fazemos aqui... Muitas vezes um Deputado se exalta e cobra de maneira mais veemente, mas não há representação mais legítima no nosso País do que a da Câmara dos Deputados. Ela representa o retrato da nossa sociedade.

Esta é uma Casa plural, com as suas virtudes, com os seus defeitos, mas nós aqui representamos de maneira muito fiel a realidade do nosso País. Seja o



Deputado Edio, do Norte, seja o João, do Sul, seja o Rosa Neca, do Sudeste, sejamos nós, do Nordeste, nós procuramos trazer principalmente os gargalos da população, porque nós somos aqui os porta-vozes, e cobramos que a emenda seja empenhada, que a Caixa desburocratize etc. Esta Casa tem procurado, repito, com os seus defeitos e com suas virtudes, contribuir, sem dúvida alguma, para o crescimento e desenvolvimento do País. E não há como buscarmos isso sem uma conversação constante, sem uma interação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

O Dr. Medaglia, que está aqui, sabe disso. Estivemos lá na Caixa fazendo cobranças, e tive o prazer e a alegria de ser recebido por ele na sede da Caixa Econômica. Ele esteve aqui, ainda não estava na condição de Vice-Presidente, mas já exercia um papel importante lá, e veio fazer explanação, lembro muito bem, na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Acredito que a evolução chegou, e esperamos que possamos caminhar para um Estado que preze pela eficiência da máquina pública, porque essa vai ser a saída para que a gente venha a ser um país ainda mais competitivo, com desenvolvimento, com igualdade social, que é o que todos nós buscamos.

Então, quero deixar o microfone aberto para que V.Exa., Ministro, possa fazer suas considerações finais, e quero dizer que esta Comissão estará sempre à disposição do Ministério das Cidades, no conceito e na intenção de sempre podermos estar aqui discutindo os temas de interesse do Brasil.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Eu apenas quero ratificar aqui mais uma vez o agradecimento pela compreensão, pelos temas tratados.

Quero aqui, Presidente, lhe informar que algumas informações relativas às perguntas do Deputado Mendonça Filho e também do Deputado Carlos Brandão eu as providenciarei imediatamente, direcionando aos Deputados e também a esta Presidência, para que a gente possa dar todas as respostas aqui solicitadas.

Mais uma vez, quero dizer que, pela minha relação com a Caixa Econômica Federal, tenho certeza de que essas críticas, esses comentários e essas sugestões aqui apresentadas chegarão ao Presidente da CEF através do próprio Vice-



Presidente Medaglia, também através da minha pessoa, porque comentarei com o Presidente da Caixa. Nós estamos no mesmo País, com o mesmo objetivo, que é fazer com que tudo aquilo que pensamos, sonhamos e trabalhamos se torne realidade. Esse é o grande objetivo que nós temos.

Mais uma vez, quero colocar o Ministério das Cidades à disposição desta Casa, desta Comissão, de todos os Parlamentares aqui, e também naquilo que nós pudermos, em conjunto com o Governo Federal e a Caixa Econômica Federal, trazer de melhorias para que os objetivos sejam atingidos naquela população, que está precisando desses investimentos e dessas intervenções aqui pensadas por todos nós.

Mais uma vez, obrigado. Obrigado pelo carinho do comentário. Tenha certeza de que a recíproca é verdadeira e vou cuidar do FIES. Pode deixar que vou cuidar do seu FIES. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Tudo bem. Acho que isso nós vamos resolver urgentemente, até porque todos nós precisamos do ingresso de recursos da Caixa Econômica Federal.

Obrigado pelo carinho, obrigado pela atenção, obrigado por tudo aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, eu gostaria outra vez de agradecer a presença do Sr. Ministro nesta reunião, desejando sucesso a V.Exa.; de abraçar o conterrâneo Carlos Vieira, Secretário-Executivo aqui presente, toda a equipe do Ministério das Cidades, e de desejar sucesso, que tenhamos um ano proveitoso, de resultados positivos para o nosso País.

Está encerrada a reunião.